

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	14
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	62
-------------------------------	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	64
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	65
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	66
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2020
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	375.538.169
Preferenciais	375.792.673
Total	751.330.842
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
1	Ativo Total	3.831.279	3.559.018
1.01	Ativo Circulante	559.705	534.992
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.049	6.013
1.01.02	Aplicações Financeiras	199.781	189.509
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	199.781	189.509
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	199.781	189.509
1.01.03	Contas a Receber	231.509	223.173
1.01.03.01	Clientes	210.583	204.443
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.926	18.730
1.01.04	Estoques	54.759	47.566
1.01.06	Tributos a Recuperar	62.119	58.648
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	62.119	58.648
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	9.488	10.083
1.01.08.03	Outros	9.488	10.083
1.01.08.03.01	Partes Relacionadas	9.488	10.083
1.02	Ativo Não Circulante	3.271.574	3.024.026
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	253.370	270.793
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	0	12.867
1.02.01.04	Contas a Receber	16.548	15.386
1.02.01.04.01	Clientes	16.548	15.386
1.02.01.07	Tributos Diferidos	88.859	91.264
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	88.859	91.264
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	147.963	151.276
1.02.01.10.03	Depósitos dado em Garantia	102.585	95.304
1.02.01.10.04	Ativo Financeiro	28.694	28.694
1.02.01.10.05	Direito de Uso de Bens	16.684	27.278
1.02.02	Investimentos	304	304
1.02.02.01	Participações Societárias	304	304
1.02.02.01.04	Outros Investimentos	304	304
1.02.03	Imobilizado	1.295.076	993.928
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	36.113	40.876
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	1.258.963	953.052
1.02.04	Intangível	1.722.824	1.759.001
1.02.04.01	Intangíveis	1.722.824	1.759.001
1.02.04.01.02	Intangíveis	1.722.824	1.759.001

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2	Passivo Total	3.831.279	3.559.018
2.01	Passivo Circulante	573.925	404.456
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	56.210	39.169
2.01.01.01	Obrigações Sociais	13.440	5.457
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	42.770	33.712
2.01.02	Fornecedores	42.858	47.496
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	42.858	47.496
2.01.03	Obrigações Fiscais	76.104	65.296
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	75.674	64.760
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	44.256	47.082
2.01.03.01.02	REFIS	7.801	7.704
2.01.03.01.03	COFINS	18.601	6.884
2.01.03.01.04	Outros	5.016	3.090
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	430	536
2.01.03.03.01	ISS	430	536
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	287.769	142.935
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	93.013	61.420
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	9.250	8.270
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	83.763	53.150
2.01.04.02	Debêntures	181.456	58.412
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	13.300	23.103
2.01.05	Outras Obrigações	38.162	38.165
2.01.05.02	Outros	38.162	38.165
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	36.645	36.645
2.01.05.02.07	Outros	1.517	1.520
2.01.06	Provisões	72.822	71.395
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	72.822	71.395
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	72.822	71.395
2.02	Passivo Não Circulante	1.919.444	1.897.524
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.245.292	1.154.350
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	840.884	623.227
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	191.251	185.727
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	649.633	437.500
2.02.01.02	Debêntures	400.519	526.948
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	3.889	4.175
2.02.02	Outras Obrigações	96.336	107.674
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	51.999	57.722
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	51.999	57.722
2.02.02.02	Outros	44.337	49.952
2.02.02.02.03	Impostos e Contribuições a Recolher	21.900	27.432
2.02.02.02.04	Receita Diferida	19.260	19.260
2.02.02.02.05	Obrigações Trabalhistas	3.177	3.177
2.02.02.02.06	Outros	0	83
2.02.03	Tributos Diferidos	78.269	82.288
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	78.269	82.288
2.02.04	Provisões	499.547	553.212

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2020	Exercício Anterior 31/12/2019
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	499.547	553.212
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	14.750	14.501
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	423.764	470.737
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	61.033	67.974
2.03	Patrimônio Líquido	1.337.910	1.257.038
2.03.01	Capital Social Realizado	884.948	842.267
2.03.02	Reservas de Capital	3.269	45.887
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	3.269	45.887
2.03.03	Reservas de Reavaliação	85.745	87.418
2.03.03.01	Reservas de Reavaliação	85.745	87.418
2.03.04	Reservas de Lucros	240.437	240.437
2.03.04.01	Reserva Legal	17.915	17.915
2.03.04.10	Reserva para Fundo de Investimentos	222.522	222.522
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	88.589	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	125.128	131.235
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-90.206	-90.206

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	272.165	851.079	266.399	825.603
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-140.367	-410.569	-134.039	-376.397
3.03	Resultado Bruto	131.798	440.510	132.360	449.206
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-59.283	-206.797	-92.004	-261.475
3.04.01	Despesas com Vendas	-19.541	-61.553	-26.869	-67.723
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.161	-154.584	-59.378	-187.054
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.752	10.309	2.287	4.318
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-333	-969	-8.044	-11.016
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	72.515	233.713	40.356	187.731
3.06	Resultado Financeiro	-39.003	-109.211	-18.114	-73.162
3.06.02	Despesas Financeiras	-39.003	-109.211	-18.114	-73.162
3.06.02.01	Receitas Financeiras	1.793	7.537	4.520	14.225
3.06.02.02	Despesas Financeiras	-40.796	-116.748	-22.634	-87.387
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	33.512	124.502	22.242	114.569
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.369	-42.384	-7.792	-39.320
3.08.01	Corrente	-10.695	-44.257	-7.495	-30.918
3.08.02	Diferido	-674	1.873	-297	-8.402
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.143	82.118	14.450	75.249
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.143	82.118	14.450	75.249
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,02808	0,10413	0,01925	0,10022
3.99.01.02	PN	0,03086	0,11446	0,02117	0,11024

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2019 à 30/09/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	22.143	82.118	14.450	75.249
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-2.567	-7.800	-2.616	-7.861
4.02.01	Realização da reserva de reavaliação	-3.891	-11.819	-3.962	-11.906
4.02.02	Realização dos tributos sobre a reserva de reavaliação	1.324	4.019	1.346	4.045
4.03	Resultado Abrangente do Período	19.576	74.318	11.834	67.388

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	139.077	161.121
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	208.405	151.204
6.01.01.02	Lucro de Líquido Exercício	82.118	75.249
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	72.319	68.312
6.01.01.04	Depreciação - Crédito de Tributos	4.429	0
6.01.01.05	Amortização de Direito de Uso de Bem	9.309	0
6.01.01.06	IR e CSLL Diferidos	-1.614	8.402
6.01.01.07	Provisão para Contingência	-6.692	-1.113
6.01.01.08	Variação Cambial não Realizada	48.424	0
6.01.01.09	Alienação do Imobilizado	112	354
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-69.328	9.917
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-7.301	17.951
6.01.02.02	Partes Relacionadas	-5.128	-11.806
6.01.02.03	Estoques	-7.193	-8.275
6.01.02.04	Depósitos dados em garantia	-7.281	3.119
6.01.02.05	Tributos a Recuperar	-3.471	-5.963
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias e participações	17.041	22.018
6.01.02.07	Tributos a Recolher	5.276	23.468
6.01.02.08	PDVI	-45.546	-33.124
6.01.02.09	Fornecedores	-4.639	-4.690
6.01.02.11	Arrendamento Mercantil	-10.089	0
6.01.02.12	Convênio com Prefeituras	0	3
6.01.02.20	Outros	-997	7.216
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-149.158	-139.603
6.02.01	Adições no Imobilizado e Intangível	-162.025	-174.738
6.02.02	Aplicações Financeiras	12.867	35.135
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	16.389	132.878
6.03.01	Adições nos Empréstimos e Financiamentos	64.312	652.824
6.03.02	Amortização dos Empréstimos e Financiamentos	-46.677	-519.868
6.03.03	Outros Ajustes	-1.246	-78
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	6.308	154.396
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	195.522	87.815
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	201.830	242.211

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 30/09/2020**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	45.887	240.437	0	128.447	1.257.038
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	45.887	240.437	0	128.447	1.257.038
5.04	Transações de Capital com os Sócios	42.681	-42.618	0	0	0	63
5.04.01	Aumentos de Capital	63	0	0	0	0	63
5.04.08	Realizações de Ações a Subscrever	42.618	-42.618	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	82.118	0	82.118
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	82.118	0	82.118
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	6.471	-7.780	-1.309
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.819	-11.819	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.019	4.019	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	-1.329	20	-1.309
5.07	Saldos Finais	884.948	3.269	240.437	88.589	120.667	1.337.910

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 30/09/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.267	45.887	141.377	0	216.551	1.246.082
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.267	45.887	141.377	0	216.551	1.246.082
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	75.249	0	75.249
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	75.249	0	75.249
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	7.783	-7.861	-78
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	11.906	-11.906	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-4.045	4.045	0
5.06.04	Outros Ajustes	0	0	0	-78	0	-78
5.07	Saldos Finais	842.267	45.887	141.377	83.032	208.690	1.321.253

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2020 à 30/09/2020	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2019 à 30/09/2019
7.01	Receitas	926.046	884.818
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	938.843	911.211
7.01.02	Outras Receitas	9.340	-6.698
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-22.137	-19.695
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-279.236	-284.103
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-124.711	-107.219
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-147.418	-168.026
7.02.04	Outros	-7.107	-8.858
7.03	Valor Adicionado Bruto	646.810	600.715
7.04	Retenções	-86.057	-68.312
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-72.319	-68.312
7.04.02	Outras	-13.738	0
7.04.02.01	Depreciação - crédito de tributos	-4.429	0
7.04.02.02	Amortização dto de uso de bem	-9.309	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	560.753	532.403
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.537	14.224
7.06.02	Receitas Financeiras	7.537	14.224
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	568.290	546.627
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	568.290	546.627
7.08.01	Pessoal	203.401	220.473
7.08.01.01	Remuneração Direta	144.844	146.607
7.08.01.02	Benefícios	39.529	42.835
7.08.01.03	F.G.T.S.	11.133	11.266
7.08.01.04	Outros	7.895	19.765
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	166.023	163.518
7.08.02.01	Federais	165.896	163.374
7.08.02.02	Estaduais	117	121
7.08.02.03	Municipais	10	23
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	116.748	87.387
7.08.03.01	Juros	68.049	86.977
7.08.03.03	Outras	48.699	410
7.08.03.03.01	Variações monetárias e cambiais	48.424	338
7.08.03.03.02	Outras	275	72
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	82.118	75.249
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	82.118	75.249



Desempenho do 3º Trimestre 2020 - Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN

1. INTRODUÇÃO

A Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, uma empresa pública de economia mista, de capital aberto e regulamentada pela Lei das Sociedades Anônimas, ao longo dos seus 49 anos, tem como objetivo principal coordenar o planejamento e executar, operar e explorar os serviços públicos de esgotamento sanitário e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico, em convênio com municípios do Estado de Santa Catarina.

A prioridade número um é desenvolver seus serviços, traduzidos em sua missão: “Fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos sanitários, promovendo saúde, conforto, qualidade de vida e desenvolvimento sustentável”, em todos municípios onde opera.

No terceiro trimestre de 2020, o maior desafio foi amenizar os efeitos do Coronavírus. Companhia adotou e vem adotando uma série ações a fim de dar continuidade e qualidade dos serviços prestados à população catarinense, visto que fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos são serviços essenciais à população e uma importante arma para o combate ao vírus.

Dentre as medidas adotadas, destacamos a adoção inicial do regime de *home office* nas atividades em que é possível evitar a locomoção e a proximidade entre pessoas; suspensão dos atendimentos presenciais e os serviços de campo considerados não essenciais; cancelamento de cursos presenciais e implementação de cursos online; cancelamentos de visitas públicas às unidades da Companhia, diretrizes mais rigorosas quanto à limpeza de áreas comuns, entre outras. Atualmente devido a novos decretos estaduais/municipais de flexibilização das restrições, a Companhia está com até 50% da capacidade dos empregados trabalhando de forma presencial em forma de revezamento

Por fim, cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.



2. EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO

Discriminação	Setembro/20	Dezembro/19	Incremento
Ligações de Água	790.917	773.375	9.842
Ligações de Esgoto	106.673*	107.254	-1.175*
Unidades Autônomas de Água	1.168.481	1.129.485	28.003
Unidades Autônomas de Esgoto	288.201	276.683	9.861
População. Abast. c/ Água	2.650.553	2.623.816	15.976
Índice de Abast. De Água	98,58%	98,00%	0,37%
População. Atendida c/Esgoto	705.419	694.902	5.828
Índice de Abast. De Esgoto	26,23%	25,80%	0,34%
Localidades Abastecidas c/Água	286	286	0
Localidades Abastecidas c/Esgoto	33	33	0
Número de Empregados	2.540	2.500	40
Ligações (A+E)/Empregados	353,38	352,25	-1,13
Desp. Pessoal/Receita Operacional Líquida	28,6%	30,9%	-2,3%

*redução em função de ação judicial impedindo a cobrança de esgoto no município de Laguna.

3. INVESTIMENTOS

A preocupação com o atendimento à população do Estado, com a melhoria da qualidade de vida das pessoas no que se refere ao abastecimento de água e coleta de esgotos sanitários levou a Companhia a investir em infraestrutura no 3º trimestre de 2020 o montante de R\$ 342 milhões. Se retirar o reflexo dos custos financeiros (câmbio) de 180 milhões, que afetaram as obras em andamento, o valor de investimentos fica em 162 milhões.

4. ANÁLISE DO DESEMPENHO DO TRIMESTRE

ATIVO E PASSIVO

Ativo Circulante

Apresentou um aumento de aproximadamente 5% em comparação com dezembro de 2019, sendo o maior aumento na conta Estoques.

Ativo não Circulante - Investimentos



O acréscimo de 32% verificado na rubrica de obras e andamento em relação a 31 de dezembro de 2019 foi decorrente de novas obras nos sistemas de água e coleta e tratamento de esgotos sanitários, além dos custos financeiros (câmbio) que afetaram as obras em andamento, ocasionando um aumento de 180 milhões no período.

Passivo Circulante

Em comparação a 31 de dezembro de 2019, o montante total sofreu aumento de 41%, sendo que os empréstimos e financiamentos obtiveram aumento de 129% em decorrência da reclassificação das debêntures para o curto prazo em função do início de sua amortização, antes previsto para setembro de 2020, agora postergado para setembro/2021. Outra conta que obteve um aumento considerável foi a de Obrigações Trabalhistas e Previdenciárias com 46%, em virtude da adoção do diferimento do recolhimento do FGTS e INSS.

Passivo Não Circulante

Ocorreu um aumento de 1,16% do total, em comparação com 31 de dezembro de 2019. Esse aumento refletiu principalmente na rubrica empréstimos e financiamentos de longo prazo em 7,95%, consequência do provisionamento dos efeitos do câmbio sobre o montante total.

RESULTADO

Receita Operacional

O acréscimo de 3,44% nas receitas operacionais da Companhia, em comparação com o mesmo período do ano anterior, se deu pelo aumento do reajuste tarifário e pelas novas ligações de água e esgoto proveniente da conclusão de obras.

Despesas Gerais e Administrativas

As despesas gerais e administrativas do 3º trimestre de 2020 registraram um decréscimo de 21% em comparação com o mesmo período de 2019, provenientes da redução de despesa de pessoal causada pelo reflexo do PDVI, além da redução ocasionada pela adoção do Home Office.

Resultado Financeiro

O aumento de 49,3% no resultado financeiro negativo do 3º trimestre em comparação com o mesmo trimestre do ano anterior é decorrente do aumento das despesas financeiras, provenientes da alta da taxa de câmbio dos empréstimos externos, ocasionada pela instabilidade econômica mundial.

IR e CSLL sobre o Lucro

Em 30 de setembro de 2020 apurou-se Lucro na Companhia, no montante de aproximadamente 82 milhões, sendo 9% superior ao mesmo período do ano de 2019.

Notas Explicativas

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia, constituída em 2 de julho de 1971, é uma sociedade de economia mista de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina, e tem por objetivos:

- a. Coordenar o planejamento, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável, bem como realizar obras de saneamento básico com municípios do Estado de Santa Catarina mediante convênios e contratos de programa;
- b. Promover levantamentos e estudos econômico-financeiros relacionados a projetos de saneamento básico;
- c. Arrecadar taxas e tarifas dos diversos serviços que lhe são afetos, reajustando-as periodicamente, de forma que possa atender à amortização dos investimentos, à cobertura dos custos de operação, manutenção, expansão e melhoramentos;
- d. Elaborar e executar seus planos de ação e de investimentos, objetivando a política e o desenvolvimento preconizado pelo Governo do Estado de Santa Catarina;
- e. Investir permanentemente na qualificação de seu quadro funcional por meio de seminários, encontros, oficinas, palestras e cursos de formação e aperfeiçoamento, objetivando garantir a qualidade e a produtividade dos serviços prestados;
- f. Firmar acordos, convênios e contratos objetivando a prestação de serviços de arrecadação de impostos, taxas, contribuições e outros valores instituídos por entes públicos ou privados, visando à geração de receita;
- g. A participação em outras Sociedades, nos termos do art. 237 da Lei nº 6.404/76;
- h. Efetuar, como atividade-meio, o aproveitamento do potencial hidráulico dos mananciais em que é captada água bruta, com fim de geração de energia elétrica, e;
- i. Coletar, tratar e dar destinação final a resíduos sólidos domésticos, industriais e hospitalares.

Desde 2002 a Companhia deparou-se com o término de alguns contratos/convênios de concessões de exploração dos serviços públicos municipais de abastecimento de água e coleta e disposição de esgotos sanitários, sendo que 41 municípios já optaram pela municipalização dos serviços.

A CASAN tem trabalhado ao longo deste período na formalização do Convênio de Cooperação para Gestão Associada e Contratos de Programa, visando atender aos princípios estabelecidos na legislação federal – Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007.

Dos municípios que saíram do sistema CASAN, alguns retornaram - Barra Velha, Garopaba, Chapecó, Porto Belo e Içara e 2 novos municípios – Lajeado Grande e Tigrinhos firmaram Convênio com a CASAN e desta forma passaram a integrar o rol de Município operados pela Companhia.

A companhia trabalha incessantemente no sentido de estabelecer com os Municípios a regularização da relação jurídica firmando os Contratos de Programa, neste sentido 49 (quarenta e nove) Contratos de Programa foram firmados até 30 de setembro de 2020, representando cerca de 70% das receitas totais da Companhia garantidas através de Contrato de Programa.

Notas Explicativas

Atualmente a Companhia opera em 195 municípios sendo 194 no Estado de Santa Catarina e 1 município no Estado do Paraná (194 municípios, e sendo 1 município no Estado do Paraná em 31 de dezembro de 2019). Deste total, 185 permanecem com Contratos e/ou Convênios vigentes, 07 com a concessão vencida (Barracão, Botuverá, Cunha Porã, Mafra, Major Gercino, Maracajá, Santa Rosa de Lima) e 3 sem Convênios: Calmon, Formosa do Sul e Paraíso.

Abaixo estão demonstrados o quantitativo de municípios que terão seu prazo de vencimento expirado por ano:

Ano de vencimento	Número de municípios	Ano de vencimento	Número de municípios
2020	3		
2021	5	2040	3
2022	5	2041	2
2023	7	2042	11
2024	7	2043	10
2025	3	2044	7
2026	2	2045	3
2027	2	2046	8
2028	11	2047	5
2029	4	2048	11
2030	11	2049	13
2031	2	2050	7
2032	4	2051	0
2033	0	2052	1
2034	7	2053	1
2035	2	2054	0
2036	19	2055	1
2037	0	2056	2
2038	3	2057	0
2039	1	2065	2

Total de 185 Municípios

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), sendo que para a Companhia, essas práticas não diferem das IFRS.

A emissão das presentes demonstrações financeiras individuais foi autorizada pela Administração da Companhia em 19 de outubro de 2020.

Notas Explicativas

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas segundo a convenção do custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

b.1. Os instrumentos financeiros foram mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

b.2. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados pelo valor justo;

b.3. O ativo atuarial de benefício definido é reconhecido como o total líquido dos ativos dos planos, acrescido do custo de serviço passado não reconhecido e perdas atuariais não reconhecidas, deduzido dos ganhos atuariais não reconhecidos e do valor presente da obrigação do benefício definido.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras individuais são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações trimestrais de acordo com os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nas notas explicativas:

Nota 09 – Contas a receber de clientes

Nota 13 – Ativo fiscal diferido

Nota 14 – Imobilizado e Intangível

Nota 19 – Provisão para contingências

Nota 20 – Benefícios a empregados

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia.

a. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda corrente do país pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou

Notas Explicativas

perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado e recebíveis.

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Mudanças no valor justo de ativos financeiros assim mensurados são reconhecidas no resultado do exercício.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com valores fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os recebíveis abrangem clientes e outros créditos, incluindo os recebíveis oriundos de acordos de concessão de serviços, como é o caso do saldo contabilizado como Ativos Financeiros, conforme nota explicativa nº12.

ii. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Notas Explicativas

Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos, financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, no momento do recebimento dos recursos, acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis.

iii. Capital Social

- Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

- Ações preferenciais

O capital preferencial é classificado como patrimônio líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do capital social. As ações preferenciais dão direito a um dividendo 10% superior ao pago a detentores de ações ordinárias.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto são reconhecidos como passivo.

c. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos à vista e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez prontamente conversíveis em caixa.

d. Contas a receber de clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber dos consumidores pelo serviço prestado no decurso normal das atividades da Companhia. Se o recebimento é esperado para um ano ou menos, ele é classificado como ativo circulante. Caso contrário, é apresentado como ativo não circulante.

As contas a receber de clientes são reconhecidas pelo valor justo (valor faturado) ajustado pela provisão para perda para valor recuperável dos ativos (*impairment*), quando necessário.

A Companhia registra uma provisão para créditos de liquidação duvidosa para os saldos a receber em um valor considerado suficiente pela administração para cobrir possíveis perdas no contas a receber, com base na análise do histórico de recebimentos. Os valores vencidos por mais de 180 dias são provisionados. O valor assim determinado é ajustado quando é excessivo ou insuficiente, com base na análise do histórico de recebimentos, levando em consideração a expectativa de recuperação nas diferentes categorias de clientes. Os saldos de contas a receber de clientes pendentes por mais de 720 dias são reconhecidas como perdas.

e. Estoques

Notas Explicativas

Os estoques de produtos para consumo e manutenção dos sistemas de água e esgoto são demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou o valor de realização, e estão classificados no ativo circulante.

f. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas. O custo de determinados itens do imobilizado foi apurado por referência à reavaliação anteriormente efetuada no BR GAAP.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados ao componente irão fluir para a Companhia e caso seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia a dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável de um bem, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas (conforme legislação fiscal) de cada item ou parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais de perto reflete o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Terrenos não são depreciados.

g. Redução ao valor recuperável – *Impairment*

Ativos Financeiros, incluindo recebíveis

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados.

Notas Explicativas

Podem ser evidências objetivas de que os ativos financeiros perderam valor: o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições que a Companhia não consideraria em outras transações; indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência; ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor pelo conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos. Posteriormente, as tendências históricas são ajustadas para refletir o julgamento da administração quanto às condições econômicas e de crédito atuais, que podem gerar perdas reais maiores ou menores que as anteriormente sugeridas.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os ativos: estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Com a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a unidade geradora de caixa ou “UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua UGC exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado. Perdas no valor recuperável relacionadas às UGCs são alocadas inicialmente para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado às UGCs, e então, se ainda houver perda remanescente, para reduzir o valor contábil dos outros ativos dentro da UGC ou grupo de UGCs em uma base *pro rata*.

No caso do ativo imobilizado, as perdas de valor recuperável reconhecidas em períodos anteriores são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Para a apuração do valor recuperável dos ativos, foi adotado o método do valor em uso, ou seja, o valor gerado de caixa pelo uso destes ativos;

Notas Explicativas

- Consideramos como unidade geradora de caixa cada Superintendência Regional de Negócios, devido às suas características peculiares;
- Vida útil baseada na expectativa de utilização do conjunto de ativos que compõem a UGC;
- As estimativas de fluxos de caixa foram projetadas ao longo de cinco anos, conforme preconiza o CPC 01 (R1), em moeda corrente.
- A taxa de desconto utilizada foi proveniente da metodologia de cálculo do custo médio ponderado de capital (Weighted Average Cost of Capital – WACC) regulatório, calculado pela Agência Reguladora ARESC para a CASAN na revisão tarifária - 6,84%;
- As premissas de reajuste tarifário, crescimento operacional e evolução do OPEX, foram projetados conforme estabelecido no planejamento estratégico da Companhia;
- O valor residual contábil dos ativos (ou unidade geradoras de caixa), na data final das estimativas dos fluxos de caixa, foram considerados como valor recuperável, tal procedimento foi adotado em virtude dos contratos de concessões e contratos de programa, preverem ressarcimento à companhia dos ativos residuais em caso de não renovação ou quebra de contrato;

O estudo técnico avaliou que não há indicativo de perda por *impairment* amparada, principalmente pela Lei nº 11.445/07, que garante que os serviços públicos de saneamento básico terão a sustentabilidade econômico-financeira assegurada, através da tarifa ou via indenização.

h. Benefícios a empregados

Plano de benefício definido CASANPREV

Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de previdência complementar de benefício definido é calculada individualmente para cada plano por meio da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores. Aquele benefício é descontado ao seu valor presente.

Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das informações trimestrais para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos.

O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado por meio do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio mínimas que se aplicam a qualquer plano na Companhia.

Notas Explicativas

Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear, ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Benefícios de término de vínculo empregatício - PDVI – Plano de Demissão Voluntária Incentivada

Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária.

Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita e o número de funcionários que irá aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável. Caso os benefícios sejam pagáveis por mais de 12 meses após a data base das informações trimestrais, então eles são descontados aos seus valores presentes.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

i. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Receita por serviços prestados

Receitas de abastecimento de água e coleta de esgoto são reconhecidas à medida que a água é consumida e os serviços são prestados. As receitas são reconhecidas ao valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação desses serviços e são apresentadas líquidas de imposto sobre valor agregado, devoluções, abatimentos e descontos. As receitas da prestação de serviços de fornecimento de água e esgoto a faturar são contabilizadas como contas a receber com base em estimativas mensais.

A Companhia reconhece a receita quando: i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança, ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e iii) é provável que os valores serão arrecadados. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as contingências relacionadas à sua prestação estejam resolvidas.

Notas Explicativas

j. Subvenção e assistência governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas inicialmente como receita diferida pelo valor justo quando existe razoável garantia de que elas serão recebidas e de que a Companhia irá cumprir as condições associadas com a subvenção. Subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são reconhecidas no resultado como outras receitas em uma base sistemática, nos mesmos períodos em que as despesas correspondentes forem reconhecidas. As subvenções que visam compensar a Companhia pelo custo de um ativo são reconhecidas no resultado em uma base sistemática pelo período da vida útil do ativo.

k. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, por meio do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*) reconhecidas nos ativos financeiros. Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, à construção ou à produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais são reportados em base líquida.

l. Impostos sobre receitas

Como impostos sobre as receitas são reconhecidos PIS e COFINS, utilizando o regime de competência.

m. Imposto de renda e contribuição social

Os Impostos incidentes sobre a renda, tanto o do exercício corrente como o diferido, são calculados com base na alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescidos do adicional de 10% sobre o excedente a R\$240. A Contribuição Social do exercício corrente e também a diferida são apuradas com base na alíquota de 9% sobre o lucro tributável.

As despesas com imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber apurado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das informações trimestrais e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Notas Explicativas

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as seguintes diferenças temporárias: o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete nem a contabilidade tampouco o lucro ou prejuízo tributável. Além disso, imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes no reconhecimento inicial de ágio. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações trimestrais.

Os passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar impostos e contribuições correntes, e eles se relacionem a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

n. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio da divisão entre o resultado do período atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período.

O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

A Companhia não possui ações em circulação que possam causar diluição, assim, os lucros básico e diluído por ação são iguais.

o. Informações por segmento

Um segmento operacional é uma área de atuação da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outras áreas de atuação da Companhia.

Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pela Diretoria Executiva para tomadas de decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho. Para isso, são disponibilizadas informações financeiras segregadas.

Os resultados de segmentos que são reportados à Diretoria Executiva incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos (primariamente a sede da Companhia), despesas da sede e ativos e passivos de imposto de renda e contribuição social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de imobilizado ou intangível.

p. Demonstração do valor adicionado

Notas Explicativas

A Companhia elaborou a demonstração do valor adicionado (DVA) individual nos termos do pronunciamento técnico CPC 9 – Demonstração do Valor Adicionado. Esta é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP. A DVA, em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela companhia, representada pelas receitas (receita bruta dos serviços prestados, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo dos serviços, aquisições de materiais, energia, e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

q. Direito de Uso – Arrendamento Mercantil

Com a adoção da norma a partir do exercício social iniciado em 1 de janeiro de 2019, os arrendamentos contratados pela Companhia impactaram as Demonstrações financeiras da seguinte forma:

- Reconhecimento de ativo de direito de uso e de passivo de arrendamento no balanço patrimonial, inicialmente mensurados pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento;
- Reconhecimento de despesas de depreciação de ativos de direito de uso na demonstração do resultado;
- Reconhecimento de despesas de juros no resultado financeiro sobre os passivos de arrendamento na demonstração de resultado; e

Segregação do pagamento dos arrendamentos por uma parcela principal apresentada dentro das atividades de financiamento e um componente de juros apresentado dentro das atividades operacionais nos fluxos de caixa.

As novas definições de uma locação foram aplicadas a todos os contratos identificados vigentes na data de adoção da norma. O IFRS 16/CPC 06 (R2) determina que o contrato contém um arrendamento se ele transmite ao arrendatário o direito de controlar o uso de ativo identificado por um período de tempo por troca de contraprestações.

A Companhia efetuou o inventário dos contratos, avaliando se esses contêm ou não arrendamento de acordo com o IFRS 16/CPC 06 (R2). Esta análise identificou impactos, principalmente, relacionados às operações de arrendamento de veículos, geradores e outros equipamentos.

Os contratos de arrendamento de curto prazo (doze meses ou menos) e os de baixo valor (materialidade definida internamente) não foram objeto dessa análise, conforme faculta a norma. Para esses contratos a Companhia continuará a reconhecer uma despesa de arrendamento em uma base linear, caso ocorram.

Ao mensurar os passivos de arrendamento, a Companhia descontou os pagamentos aplicando a taxa de 6,84% a.a., WACC operacional, aprovado pelas Agências Reguladoras.

A CASAN adotou a nova norma escolhendo o modelo de adoção retrospectiva modificada com efeito cumulativo na data da aplicação inicial, conforme previsto no parágrafo C5 (b) do CPC 06.

- (i) se teriam ocorrido ajustes por remensuração;
- (ii) qual a maturidade dos contratos/vencimento das prestações nos próximos exercícios;

Notas Explicativas

Os contratos avaliados possuem vencimento máximo de 60 meses e a última parcela a ser liquidada é estimada no exercício de 2024.

Maturidade dos contratos		
Vencimento das prestações	31/12/2019	30/09/2020
2020	14.023	4.620
2021	10.900	10.183
2022	1.518	1.518
2023	1.518	1.518
2024	1.518	1.518

(iii) juros incorridos no período;

Conforme tabela de arrendamento mercantil abaixo.

(iv) contraprestações pagas;

O montante liquidado em 30 de setembro de 2020 corresponde a R\$ 8.524 mil.

(v) PIS/COFINS incidentes nas contraprestações.

O passivo de arrendamento foi mensurado, no reconhecimento inicial, pelo valor integral obtido pelo desconto a valor presente dos fluxos de caixa de pagamentos de arrendamentos, sem qualquer segregação dos tributos a recuperar;

Os saldos de direito de uso e arrendamento mercantil em 30 de setembro de 2020 estão representados da seguinte forma:

ATIVO	2019	Revisão dos contratos	Baixas	Depreciação	30/09/2020
Direito de uso sobre contratos de arrendamento	27.278	(1.285)	-	(9.309)	16.684
	27.278	(1.285)	-	(9.309)	16.684
PASSIVO	2019	Revisão dos contratos	Amortização	Ajuste a valor presente	30/09/2020
Arrendamento mercantil	27.278	(1.285)	(9.309)	505	17.189
	27.278	(1.285)	(9.309)	505	17.189

Notas Explicativas

Circulante	13.300
Não circulante	3.889

4. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos:

- risco de crédito
- risco de mercado
- risco operacional
- risco financeiro

Risco de crédito:

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em títulos de investimento.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, a administração também considera a demografia da sua base de clientes, incluindo o risco de crédito da indústria.

Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso dos consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

Risco de mercado:

Relaciona-se ao risco de os retornos do negócio declinarem devido a fatores de mercado independentemente das decisões e ações da Companhia. O risco de mercado incorpora inúmeros riscos diferentes, como:

- Risco de taxas de juros: relaciona-se à elevação das taxas de juros às quais a Companhia está exposta em função dos empréstimos e financiamentos assumidos e também à possível redução das taxas de remuneração das suas aplicações;
- Risco de taxas de câmbio: refere-se às potenciais perdas devido às inesperadas mudanças nas taxas de câmbio das moedas às quais estão vinculados os financiamentos obtidos pela Casan;
- Risco fiscal: trata-se da probabilidade de o Congresso efetuar mudanças desfavoráveis nas leis tributárias, como a eliminação de isenções de impostos, a limitação de deduções e o aumento nas taxas dos tributos;

Notas Explicativas

- Risco de concorrência: relativo às pressões decorrentes da existência de novos entrantes (empresas privadas) no mercado de água e saneamento.

Risco operacional:

Pode ser definido como uma medida das perdas potenciais no setor de água e saneamento no caso de seus sistemas, práticas e controles internos não serem capazes de resistir a falhas humanas, naturais ou de equipamentos. O risco operacional engloba vários riscos, como:

- Risco de equipamentos: relacionado às falhas nos seus equipamentos/sistemas de captação/coleta, tratamento, distribuição/disposição final; além dos equipamentos/sistemas administrativos;
- Risco de obsolescência: referente à desclassificação tecnológica dos materiais e equipamentos, motivada pela aparição de exemplares mais modernos;
- Risco de erro não intencional: relativa à negligência, falta de concentração no trabalho, falta de informações etc.;
- Risco de fraudes, furtos ou roubos: traduzido como negligência de controles internos, negligência de fiscalização comercial, aceitação de “incentivos” de clientes, ligações clandestinas;
- Risco de qualificação: relacionada à qualificação inapropriada dos funcionários;
- Risco de serviços: relativo ao não atendimento das expectativas e das necessidades dos consumidores com relação aos serviços prestados;
- Risco de regulamentação/regulação: trata-se do risco de ocorrer a expedição de novos instrumentos legais e normativos ou a alteração dos já existentes, incluindo os emitidos pelas agências reguladoras, que dificultem o atendimento das novas regras pela Companhia;
- Risco de concentração: referente à não diversificação adequada dos fornecedores;
- Risco sistêmico: relaciona-se às alterações substanciais no ambiente operacional;
- Risco de catástrofe: relativo à ocorrência de catástrofes como enchentes, secas, furacões, terremotos etc.

Risco Financeiro:

Relaciona-se com o grau de incerteza associado ao pagamento do passivo e do patrimônio líquido usados para financiar um negócio. Quanto maior é a proporção de dívida usada para financiar uma Companhia, maior será o seu risco financeiro. O financiamento da dívida condiciona ao pagamento de juros e amortizações, aumentando, assim, o risco. A incapacidade de atender às obrigações associadas ao uso da dívida pode resultar na insolvência da empresa e em perdas para os portadores de títulos da dívida, bem como para acionistas.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros. Todas as operações estão registradas em contas patrimoniais e se destinam a atender suas necessidades operacionais e de expansão, bem como reduzir a exposição a riscos financeiros, principalmente de crédito e de taxa de juros.

Notas ExplicativasAnálise de Sensibilidade a Taxa de Juros

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de rentabilidade dos juros sobre as aplicações financeiras, os empréstimos, os financiamentos e as debêntures sujeito a taxa de juros variáveis, que possam gerar impactos significativos. Se as taxas mantidas em reais variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Indexador	30.09.2020	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo Financeiro		822.682	1.028.353	617.012	1.234.023	411.341
Caixa Econômica Federal - Obras	UPR	200.501	250.626	150.376	300.752	100.251
BNDES	URTJLP	40.206	50.258	30.155	60.309	20.103
Debêntures	CDI	581.975	727.469	436.481	872.963	290.988

CDI	1,9	2,375	1,425	2,85	0,95
UPR	21,76552574	27,20690718	16,32414431	32,64828861	10,88276287
URTJLP	2,051696	2,56462	1,538772	3,077544	1,025848

Análise de Sensibilidade a Taxa de Câmbio

A Administração da Companhia efetua o cálculo de sensibilidade a uma possível mudança na taxa de câmbio sobre os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possam gerar impactos significativos. Se as taxas variassem em torno de 25% e 50% para mais ou para menos, com todas as outras variáveis mantidas constantes, o efeito seria o demonstrado a seguir:

Descrição	Moeda	30.09.2020	+25%	-25%	+50%	-50%
Passivo						
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	Euro	470.602	588.253	352.952	705.903	235.301
Japan International Cooperation Agency - JICA	Ien	262.793	328.491	197.095	394.190	131.397
Euro		6,6132	8,2665	4,9599	9,9198	3,3066
Ien		0,05343	0,0667875	0,0400725	0,080145	0,026715

Considerações gerais:

Notas Explicativas

Em 30 de setembro de 2020, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa – estão apresentados ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil;

Aplicações financeiras – são classificadas como destinadas à negociação. O valor de mercado está refletido nos valores registrados nos balanços patrimoniais;

Títulos e valores mobiliários – são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Os valores registrados equivalem, na data do balanço, aos seus valores de mercado;

Contas a Receber – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicáveis;

Empréstimos e financiamentos – o principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

Empréstimos e financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de mercado desses empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis.

Empréstimos e em moeda estrangeira – coerentes com a política financeira da Companhia e estão contabilizados pelos seus valores de mercado em reais, mediante a cotação da data da elaboração do demonstrativo.

Os valores contábeis e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2020 e de 30 de dezembro de 2019 são como segue:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
	Contábil	Contábil	Mercado	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa	2.049	6.013	2.049	6.013
Títulos e Valores Mobiliários de Liquidez Imediata	199.781	202.376	199.781	202.376
Contas a Receber (líquido de PDD)	210.583	219.829	210.583	219.829
Empréstimos e Financiamentos em moeda nacional	(782.476)	(779.358)	(782.476)	(779.358)
Empréstimos e Financiamentos em moeda estrangeira	(733.396)	(490.649)	(733.396)	(490.649)

Notas Explicativas

5. PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS CONTÁBEIS

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados com base na experiência histórica e outros fatores, e incluem as expectativas de eventos futuros razoavelmente prováveis.

Principais premissas e estimativas contábeis

A Companhia estabelece estimativas e premissas referentes ao futuro. Tais estimativas contábeis, por definição, podem divergir dos resultados reais. As estimativas e premissas que possuem um risco significativo de se concretizarem por valor diferente do previsto e, por isso, podem provocar um ajuste importante nos saldos contábeis de ativos e passivos dentro do próximo exercício contábil estão divulgadas abaixo:

a. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

A Companhia registra a provisão para créditos de liquidação duvidosa em valor considerado suficiente pela administração para cobrir perdas prováveis, com base na análise das contas a receber de clientes.

A metodologia para determinar tal provisão exige estimativas significativas, considerando uma variedade de fatores, entre eles a avaliação do histórico de cobranças, tendências econômicas atuais, estimativas de baixas previstas, vencimento da carteira de contas a receber e outros fatores. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, os resultados reais podem diferir de tais estimativas.

b. *Impairment* de ativos de vida útil longa

A Companhia realiza teste de *impairment* em ativos de vida útil longa, principalmente no ativo Intangível, que inclui os bens do sistema de água e esgoto detidos e usados no negócio, para determinar quando eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável.

A avaliação do *impairment* dos ativos de vida útil longa exige o uso de premissas e estimativas com relação a assuntos inerentemente incertos, incluindo projeções de receitas operacionais e fluxo de caixa futuros, taxas de crescimento estimadas e a vida útil remanescente dos ativos, entre outros fatores. Além disso, as projeções são calculadas para um longo período de tempo, o que sujeita essas premissas e estimativas a um grau de incerteza ainda maior. Ainda que a Companhia acredite que as estimativas utilizadas são razoáveis, o uso de premissas diferentes pode afetar materialmente o valor recuperável.

c. Provisões para contingências

A Companhia é parte em vários processos legais envolvendo valores significativos. Tais processos incluem, entre outros, demandas fiscais, trabalhistas, cíveis, ambientais, contestações de clientes e fornecedores e outros processos. Informações adicionais sobre tais processos são apresentadas na nota explicativa nº19. A Companhia constitui provisão para perdas prováveis resultantes dessas demandas e processos quando conclui que a probabilidade de perda é provável e o valor de tal perda pode ser razoavelmente estimado. Logo, a Companhia precisa fazer julgamentos a respeito de eventos futuros. Como resultado do julgamento exigido na avaliação e cálculo dessas provisões para contingências, as perdas reais realizadas em períodos futuros podem diferir significativamente das estimativas atuais e, inclusive, exceder os valores provisionados.

d. Complementação de benefícios a empregados

Notas Explicativas

O valor presente das obrigações previdenciárias depende de uma série de fatores que são determinados de acordo com uma base atuarial usando uma série de premissas. As premissas usadas na determinação do custo líquido para aposentadoria dos colaboradores incluem a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas causarão impacto no valor contábil das obrigações previdenciárias.

A Companhia determina as taxas de desconto apropriadas ao final de cada exercício, que representa a taxa de juros que deve ser usada para determinar o valor presente de desembolsos futuros de caixa, que se espera sejam exigidos para a liquidação das obrigações previdenciárias.

Outras premissas chave para obrigações previdenciárias são em parte baseadas nas condições do mercado corrente. Informações adicionais sobre os planos previdenciários são apresentadas na nota explicativa nº 20.

Diferenças na experiência atual ou mudanças nas premissas podem afetar o valor contábil das obrigações previdenciárias e despesas reconhecidas nos resultados da Companhia.

6. INFORMAÇÕES POR SEGMENTOS OPERACIONAIS

A Administração da Companhia definiu os segmentos operacionais com base nos relatórios em BR GAAP utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro de 2020 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	761.780	177.063	938.843
Deduções da receita bruta	(71.136)	(16.628)	(87.764)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	690.644	160.435	851.079
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(344.156)
Lucro bruto			506.923
Depreciação e amortização total			(81.700)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(201.238)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			9.340
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			233.325

As informações por segmento de negócios para o exercício findo em 30 de setembro de 2019 são as seguintes:

	Água	Esgoto	Total na demonstração de resultado
Receita bruta das vendas e dos serviços prestados	738.281	172.930	911.211

Notas Explicativas

Deduções da receita bruta	(69.384)	(16.224)	(85.608)
Receita líquida das vendas e dos serviços prestados	668.897	156.706	825.603
Custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos			(318.876)
Lucro bruto			506.727
Depreciação e amortização total			(64.815)
Despesas com vendas, gerais e administrativas			(247.483)
Outras receitas/despesas operacionais líquidas			(6.698)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos			187.731

Os ativos correspondentes aos segmentos reportados apresentam-se conciliados com o total do ativo, conforme segue:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2020
Imobilizado	36.113	40.876
Obras em andamento	1.722.824	953.052
Ativo intangível	1.258.963	1.759.001
Ativos dos segmentos reportados	3.017.900	2.752.929
Total do ativo circulante	559.705	534.992
Ativo não circulante		
Contas a receber de clientes, líquido	16.548	15.386
Ativo financeiro	28.694	28.694
Depósitos dados em garantia	102.585	95.304
Investimentos	304	304
Títulos e valores mobiliários	0	12.867
Ativo fiscal diferido	88.859	91.264
Direito de Uso de Bem	16.684	27.278
Ativo total, conforme balanço patrimonial	3.831.279	3.559.018

Receita Operacional por Superintendência: Água

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Metropolitana	291.147	279.278
Sul/Serra	141.405	135.009

Notas Explicativas

Oeste	165.679	165.725
Norte/Vale	163.549	158.269
Total	<u>761.780</u>	<u>738.281</u>

Receita Operacional por Superintendência: Esgoto

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Metropolitana	123.219	119.167
Sul/Serra	25.835	26.960
Oeste	21.724	20.849
Norte/Vale	6.285	5.954
Total	<u>177.063</u>	<u>172.930</u>

Receita Operacional por Município: Água

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Florianópolis	171.693	165.652
Chapecó	44.591	43.620
Criciúma	57.550	55.064
Rio do Sul	19.774	18.979
São José	73.249	69.878
Outros	394.923	385.088
Total	<u>761.780</u>	<u>738.281</u>

Receita Operacional por Município: Esgoto

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Florianópolis	97.030	96.292
Chapecó	16.991	17.363
Criciúma	16.474	15.698
São José	25.971	22.657
Outros	20.597	20.920
Total	<u>177.063</u>	<u>172.930</u>

Resumo dos custos e despesas

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Despesas		
Custo dos serviços prestados e dos produtos vendidos	410.569	376.397
Vendas	61.553	67.723
Gerais e Administrativas	154.584	187.054
Total	626.706	631.174

Resumo das receitas

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Receitas		
Água	761.780	738.281
Esgoto	177.063	172.930
Total	938.843	911.211

Informações sobre os produtos e serviços

O objetivo da CASAN é planejar, executar, operar e explorar os serviços públicos de esgoto e abastecimento de água potável.

7. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa e Equivalentes de Caixa incluem caixa e depósitos, como segue abaixo:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Bens numerários	4	1
Bancos conta movimento	443	456
Bancos conta arrecadação	1.543	5.519
Bancos conta vinculada	59	37
Total Caixa e Equivalentes de Caixa	2.049	6.013

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE CURTO E LONGO PRAZO

Em 30 de setembro de 2020, o montante de R\$199.781 (R\$202.376 em 31 de dezembro de 2019) refere-se a aplicações em fundos de renda fixa, remunerados com base no CDI – Certificado de Depósitos Interbancário em instituições financeiras renomadas. Do montante total de R\$199.781 em 30 de setembro de 2020,

Notas Explicativas

R\$101.184 refere-se à aplicação dos Recursos destinados especificamente a obras de expansão da companhia, devendo ser aplicado somente para este fim, o restante, R\$98.597, refere-se a aplicações sem destinação específica no seu uso.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber de clientes pelo serviço prestado no decurso normal de suas atividades e são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos decorrentes da prestação dos serviços. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante.

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Circulante		
Consumidores finais	202.314	186.468
Entidades públicas	13.024	17.190
Consumo a faturar	53.810	58.966
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa PCLD	(58.565)	(58.181)
Total Circulante	210.583	204.443
Não circulante		
Consumidores finais	11.231	9.658
Entidades públicas	5.317	5.728
Créditos reconhecidos como perdas	221.411	199.682
(-) Perdas reconhecidas	(221.411)	(199.682)
Total Não circulante	16.548	15.386
Total Contas a Receber de Clientes	227.131	219.829

A seguir apresentam-se as contas a receber em 30 de setembro de 2020, segregadas pela faixa de idade dos saldos:

Categoria	A vencer	< 90 dias	> 90 dias e < 180 dias	> 180 dias e < 720 dias	> 720 dias	Total
Comercial	13.070	4.876	3.556	8.371	24.752	54.625
Industrial	2.720	553	274	682	5.093	9.322
Pública	5.097	2.537	2.198	11.451	82.020	103.303
Residencial	84.418	36.280	17.742	38.061	109.547	286.048
Consumo a faturar	53.810	-	-	-	-	53.810
	159.115	44.246	23.770	58.565	221.412	507.108

Notas Explicativas

PCLD	-	-	-	(58.565)	(221.412)	(279.977)
Total Contas a Receber	<u>159.115</u>	<u>44.246</u>	<u>23.770</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>227.131</u>

a) A rubrica Arrecadação a Discriminar é retificadora do Contas a Receber de Clientes.

São lançados nesta conta, valores recebidos das faturas de água e esgoto que não foram identificados pelos órgãos arrecadadores, tais como problemas na identificação do código de barras, erros de matrículas ou pagamentos em agentes não credenciados.

Em 30 de setembro de 2020 a conta apresenta um saldo de R\$ 6.205 (R\$5.417 em 31 de dezembro de 2019). Atualmente a Prefeitura de Palhoça está pagando a fatura normalmente e os valores apresentados nos trimestres anteriores referente a ação judicial 045.08.000501-7, já foram baixados das contas a receber da Companhia.

10. ESTOQUES

Os estoques de materiais são destinados ao consumo e à manutenção dos sistemas de água e esgoto. Estes são demonstrados pelo custo médio de aquisição e estão classificados no ativo circulante.

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Materiais em almoxarifado	54.552	47.304
Materiais em poder de terceiros	-	55
Outros	207	207
Total Estoques	<u>54.759</u>	<u>47.566</u>

11. OUTROS

Classificam-se neste grupo os valores referentes a adiantamentos a funcionários e fornecedores, convênios com prefeituras, depósitos em caução, impostos e contribuições antecipadas ou a recuperar e outras contas. Esses créditos são apresentados no ativo circulante, salvo se sua realização ocorrer em período superior a um ano após a data da demonstração, quando devem figurar no ativo não circulante.

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Adiantamentos a fornecedores	6.819	8.590
Convênios com prefeituras	7.256	7.256
Adiantamentos a empregados	4.458	752
Cauções	245	245

Notas Explicativas

Pagamentos reembolsáveis	1.261	1.204
Impostos a recuperar	62.119	58.648
Outros créditos	887	683
Total	<u>83.045</u>	<u>77.378</u>

Os convênios com municípios referem-se, substancialmente, a recursos repassados por meio de convênio de parceria para a manutenção e a preservação de mananciais, a repavimentação e a gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, remoção e tratamento de esgotos sanitários. Esses repasses são realizados à medida que esses municípios prestam contas à CASAN.

12. ATIVO FINANCEIRO

Até 30 de setembro de 2020 a Companhia mantinha registrado em conta do Ativo Realizável a Longo Prazo (Ativos Municipalizados a Receber) os valores decorrentes de Contratos de Concessão denunciados por parte dos municípios que os romperam, os quais provocaram ações judiciais por parte da CASAN, pleiteando indenizações contratuais dos investimentos em ativos operacionais.

Com base nos contratos que continham cláusula prevendo indenização no caso de rescisão ou extinção, a reversão prevê indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não depreciados ou amortizados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e a atualidade do serviço concedido.

Por consequência, a Companhia transferiu os valores registrados em Ativos Municipalizados a Receber para a conta de Ativo Financeiro (Não Circulante), conforme previsto nos CPCs 38 e 39, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

<u>Ativos financeiros</u>	<u>Saldo Contábil antes dos ajustes</u>	<u>12,5% a.a.</u>	<u>Nº anos restantes</u>	<u>Ajustes em 2011 a 2019</u>	<u>Saldo Contábil em 30/09/2020</u>
Balneário Gaivota	967	121	0	967	-
Bombinhas	6.801	850	5	2.550	4.251
Campo Alegre	573	71	0	573	-
Canelinha	853	107	0	853	-
Capivari de Baixo	120	15	0	120	-
Corupá	639	80	0	639	-
Garuva	508	63	0	508	-
Gravatal	8.267	1.033	3	5.166	3.100
Guabiruba	2.062	258	6	516	1.547
Ilhota	1.498	188	5	559	938
Imbituba	24.817	3.108	2	18.600	6.217
Joinville	96	0	0	96	-
Massaranduba	751	94	0	751	-
Meleiro	241	30	0	241	-

Notas Explicativas

Morro da Fumaça	4.438	555	6	1.110	3.328
Penha	6.337	792	0	6.337	-
Praia Grande	983	123	1	860	123
Presidente Getúlio	1.119	140	0	1.119	-
Princesa	189	24	6	48	142
São Francisco do Sul	6.423	803	1	5.620	803
São Jose do Cedro	3.585	448	2	2.689	896
Três Barras	675	84	0	675	-
Videira	9.798	1.225	6	2.450	7.349
Total	<u>81.740</u>	<u>10.212</u>		<u>53.047</u>	<u>28.694</u>

Até o presente momento a Companhia possui ações indenizatórias contra esses municípios em virtude dos investimentos realizados. Adicionalmente, a Companhia está elaborando novas ações de indenizações contra os demais municípios que rescindiriam o contrato de exploração de água e esgoto.

Segue abaixo demonstrativo, por município, das indenizações pleiteadas judicialmente:

Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 30 de setembro de 2020	Prefeitura municipal de:	Ano da saída	Saldos em 30 de setembro de 2020
Tubarão	2005	17.000	Camboriú	2005	7.000
Balneário Gaivota	2010	2.420	Navegantes	2005	6.000
Campo Alegre	2011	1.879	Içara	2005	15.000
Canelinha	2009	4.094	Balneário Camboriú	2005	40.000
Capivari de Baixo	2010	955	Schroeder	2007	2.000
Corupá	2010	3.982	Sombrio	2007	2.594
Fraiburgo	2005	2.200	São Francisco do Sul	2013	7.047
Guaramirim	2007	6.535	Barra Velha	2009	6.000
Itapoá	2007	3.469	Itajaí	2005	30.000
Imbituba	2014	25.037	Joinville	2005	135.000
Massaranduba	2010	2.486	Papanduva	2005	800
Meleiro	2009	571	Três Barras	2011	2.281
Palhoça	2007	10.000	Timbó	2005	5.000
Penha	2012	8.896	Itapema	2005	4.000
Praia Grande	2013	1.078	São José do Cedro	2014	3.584
Presidente Getúlio	2010	4.536	Lages	2005	110.000
João Batista	2005	1.900	Garuva	2012	475
Bombinhas	2017	7.100	Gravatal	2015	8.308
Princesa	2017	191	Videira	2018	9.000
Ilhota	2017	2.215	Guabiruba	2018	3.072
Total de Indenizações					<u>503.705</u>

Notas Explicativas**13. ATIVO FISCAL DIFERIDO**

Em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 a Companhia reconheceu ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias como segue:

Natureza dos ativos:	Base de cálculo	IRPJ	CSLL	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
				Total	Total
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	58.565	14.641	5.271	19.912	19.781
Provisão para contingências cíveis	61.033	15.258	5.493	20.751	23.112
Provisão para contingências trabalhistas	14.750	3.688	1.327	5.015	4.930
Prejuízo Fiscal	127.002	31.751	11.430	43.181	43.441
	<u>261.350</u>	<u>65.338</u>	<u>23.521</u>	<u>88.859</u>	<u>91.264</u>
Classificação do ativo diferido:					
Realizável a longo prazo				<u>88.859</u>	<u>91.264</u>

A realização destes ativos fiscais diferidos dar-se-á pelo pagamento das provisões efetuadas ou, quando for o caso, pela realização das perdas provisionadas, em consonância com a Instrução CVM nº 371, de 27 de setembro de 2002.

As movimentações do ativo fiscal diferido em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são as seguintes:

Imposto de Renda diferido ativo	Provisão para contingências	Provisão p/devedores duvidosos	Prejuízo Fiscal	Total
Em 01 de janeiro de 2019	27.609	18.666	64.124	110.399
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	433	1.115	(20.683)	(19.135)

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2019	28.042	19.781	43.441	91.264
Creditado/Debitado à demonstração do resultado	(2.276)	131	-	(2.145)
Em 30 de setembro de 2020	<u>25.766</u>	<u>19.912</u>	<u>43.441</u>	<u>89.119</u>

14. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

Em 30 de setembro de 2020 os ativos Imobilizado e Intangível e as Obras em Andamento da Companhia estão representados pelos bens destinados às atividades operacionais e administrativas, como segue abaixo:

a) Intangível por segmento

	31 de dezembro de 2019 Líquido	Depreciação/ Amortização	Baixas/ Municipalizações e Ajustes	Aquisições / Transf.	30 de setembro de 2020 Líquido
Sistema de Água Produção/Distribuição	922.265	(36.183)	(86)	30.595	916.591
Sistema de Esgoto Redes/Tratamento	<u>836.736</u>	<u>(34.632)</u>	<u>(4)</u>	<u>4.133</u>	<u>806.233</u>
Total	<u>1.759.001</u>	<u>(70.815)</u>	<u>(90)</u>	<u>34.728</u>	<u>1.722.824</u>

b) Obras em andamento e Ativos Administrativos

As obras em andamento referem-se principalmente a novos projetos e melhorias operacionais, assim representadas:

Obras em andamento e Ativos Administrativos

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Água		
Produção	72.082	59.518
Distribuição	51.901	43.479
Projetos e obras de operação Imediata	17.903	17.894
Total Água	<u>141.886</u>	<u>120.891</u>
Esgoto		

Notas Explicativas

Coleta, tratamento e lançamento final, estudos e projetos em elaboração	986.346	735.818
Projetos e obras de operação Imediata	3.137	1.931
Total Esgoto	989.483	737.749
Projetos e obras administrativas	108.439	78.564
Estoques de obras, adiantamentos a terceiros e convênios com prefeituras	19.155	15.848
Ativos Administrativos		
Saldo inicial 01 de janeiro	40.876	47.689
Depreciação e amortização	(6.065)	(8.601)
Baixas, municipalizações e ajustes	(21)	(1.899)
Aquisições e transferências	1.323	3.688
Total Ativos Administrativos	36.113	40.877
Total Obras em Andamento e Ativos Administrativos	1.295.076	993.928

Em 1996 a Companhia procedeu às reavaliações de seus ativos, que compreendiam terrenos, edificações, máquinas, equipamentos e redes. O laudo de avaliação foi emitido pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU e datado de 30 de abril de 1996. A taxa de depreciação dos bens reavaliados foi ajustada em função da vida útil remanescente, indicada no laudo de avaliação.

Em 30 de novembro de 2011 a Fundação de Estudos e Pesquisas Sócio-Econômicos – FEPESE, emitiu laudo de avaliação dos ativos da Companhia, gerando novo saldo de avaliação.

O saldo da reavaliação de ativos próprios alocada no imobilizado é como segue:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Ativos reavaliados	308.472	324.311
Tributos sobre a reavaliação	(78.269)	(82.288)
Saldo da reavaliação	230.203	242.023

c) Ativos Intangíveis

Notas Explicativas

Estão representados abaixo, por município, a composição dos Ativos Intangíveis destinados as atividades operacionais da Companhia:

Município	30 de setembro de 2020			31 de dezembro de 2019
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Caçador	17.003	(6.601)	10.401	10.525
Concórdia	26.055	(9.552)	16.503	16.518
Chapecó	204.624	(75.876)	128.748	132.870
Criciúma Sistema Local e Integrado	300.904	(119.949)	180.955	186.402
Curitibanos	17.227	(8.475)	8.752	8.992
Florianópolis Sistema Local e Integrado	1.151.801	(467.358)	684.443	707.645
Laguna	99.001	(11.312)	87.690	87.492
Rio do Sul Sistema Local e Integrado	32.034	(12.928)	19.106	16.914
Santo Amaro da Imperatriz	18.392	(7.367)	11.025	11.298
São Joaquim	60.877	(14.704)	46.173	47.121
São José	73.782	(33.041)	40.741	41.979
São Miguel do Oeste Sistema Local e Integrado	29.258	(9.214)	20.044	20.466
Siderópolis	15.242	(4.593)	10.649	10.901
Outros	652.340	(194.746)	457.594	459.878
	2.698.540	(975.716)	1.722.824	1.759.001

Depreciação e Amortização

As taxas anuais de depreciação e amortização são as seguintes:

<u>Imobilizado e Intangível</u>	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Construção civil	4%	4%
Equipamentos	10%	10%
Equipamentos de transporte	20%	20%
Móveis e utensílios	10%	10%

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Notas Explicativas

As contas de Empréstimos e Financiamentos registram as operações da Companhia junto a Instituições Financeiras do país ou exterior, cujos recursos são destinados a financiar compra de ativos, obras e/ou capital de giro. A seguir demonstramos os Empréstimos ajustados a valor presente, conforme a taxa contratual de cada contrato, obtida nas notas explicativas a abaixo:

	30 de setembro de 2020
<u>Operações no exterior:</u>	
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	542.382
(-) Juros a Apropriar	(71.780)
Japan International Cooperation Agency - JICA	290.940
(-) Juros a Apropriar	(28.146)
Total Operações líquidas no exterior	<u>733.396</u>
<u>Operações no país:</u>	
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	327.166
(-) Juros a Apropriar	(126.665)
Debêntures	737.031
(-) Juros a Apropriar	(155.056)
Total Operações Líquidas no país	<u>782.476</u>
Total Empréstimos e Financiamentos	<u><u>1.515.872</u></u>

Abaixo a comparação com o ano de 2019, pelo seu valor líquido:

	Passivo Circulante		Passivo Não Circulante		Encargos incidentes
	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	
<u>Operações no exterior:</u>					
Agência Francesa de Desenvolvimento - AFD	74.776	48.157	395.826	293.765	Ver nota explicativa
Japan International Cooperation Agency - JICA	8.986	4.993	253.808	143.735	1,20% a.a.
Total Operações no exterior	<u>83.762</u>	<u>53.150</u>	<u>649.634</u>	<u>437.500</u>	
<u>Operações no país:</u>					
Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras	9.250	8.270	191.251	185.728	Ver nota explicativa
Debêntures	181.456	58.412	400.519	526.948	Ver nota explicativa
Total Operações no país	<u>190.706</u>	<u>66.682</u>	<u>591.770</u>	<u>712.675</u>	

Notas Explicativas

Total Empréstimos e Financiamentos	274.468	119.832	1.241.404	1.150.175
------------------------------------	---------	---------	-----------	-----------

- a) Em 30 de setembro de 2020 os contratos de empréstimos junto a AFD estavam sujeitos a COVENANTS (idem em 31 de dezembro de 2019).
- b) As amortizações do principal e dos encargos financeiros incorridos de empréstimos e financiamentos externos e internos vencíveis a longo prazo obedecem ao seguinte escalonamento:

Ano:	30 de setembro de 2020
2020	35.255
2021	161.080
2022	296.262
Após 2022	1.023.275
Total	1.515.872

Japan International Cooperation Agency – JICA

Após aprovação no Senado Federal, foi assinado em 30 de setembro de 2010 a contratação de empréstimo junto ao Banco Japan International Cooperation Agency - JICA, para Programa de Saneamento no Estado de Santa Catarina. O investimento total é de ¥12.324.000 para as obras e ¥2.102.000 para consultoria sendo que os juros incidentes são de 1,20% a.a e 0,01% a.a respectivamente. Até 30 de setembro de 2020 a Companhia recebeu o montante de R\$289.377. Este empréstimo é garantido pela República Federativa do Brasil. O prazo do empréstimo é de 7 anos de carência mais 19 anos de amortização.

Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD,

Em 18 de dezembro de 2012 foi assinado contrato de financiamento junto a Agência Francesa de Desenvolvimento – AFD, no montante de €99.756, que tem como objetivo realizar investimentos em infraestrutura de saneamento básico em municípios de médio porte localizados em Santa Catarina. A taxa de juros do empréstimo é definida nas datas dos desembolsos, ou seja, juros de 5,39% sobre €25.000 desembolsados em 22/10/2013, juros de 3,59% sobre €25.000 desembolsados em 07/12/2016 e juros de 3,68% sobre €49.756 desembolsados em 24/08/2017. O prazo do empréstimo é de 5 anos de carência e, após a carência, 10 anos de amortização. Este contrato está sujeito a *covenants* e as suas garantias são: 1/6 do serviço da dívida em conta vinculada; além de a operação ser garantida pelo Estado de Santa Catarina. Em 30 de setembro de 2020 o saldo devedor é de R\$ 461.796 equivalente a €69.829.

Caixa Econômica Federal – CAIXA - Obras

Os financiamentos obtidos da Caixa Econômica Federal - CAIXA referem-se a diversas linhas de crédito para investimentos em obras de saneamento básico, conforme abaixo:

Notas Explicativas

Ano dos contratos	Vencimentos finais	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
2010	2032	20.436	19.133
2012	2034 a 2036	180.065	174.864
Total		<u>200.501</u>	<u>193.997</u>

O valor principal dos contratos e os encargos são pagos em bases mensais. Os contratos firmados têm carência de 14 a 46 meses para pagamento do principal. Os contratos de financiamentos com a Caixa Econômica Federal são garantidos pelas receitas tarifárias da Companhia.

Debêntures

Em 15 de maio de 2019, a Companhia amortizou a 1ª, 2ª, 3ª e 4ª séries da 1ª emissão de debêntures, no montante de R\$154.054.

Em 28 de janeiro de 2019, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a primeira emissão de 60.000 mil (sessenta mil) debêntures simples com valor nominal de R\$10.000,00 (dez mil reais), não conversíveis em ações, da espécie com garantia real nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, divididas em quatro séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição.

Em 02 de setembro de 2020 foi realizada uma assembleia geral dos Debenturistas para a alteração do início do pagamento da amortização do principal, alteração do prazo de vigência e data de vencimento, para aprovação desses itens a Casan foi condicionada ao pagamento de um prêmio equivalente a 3%, incidente sobre o valor nominal das Debêntures acrescido da remuneração devida na data da assembleia, resultando no montante de R\$18.080.245,02, que serão pagas em 3 parcelas mensais consecutivas em montantes iguais, sendo a primeira parcela devida em 14/09/2020, a segunda em 13/10/2020 e a terceira em 12/11/2020.

As debêntures terão prazo de vigência de 72 (setenta e dois) meses contados da data de emissão, que foi em 15 de maio de 2019 vencendo-se, portanto em 12 de março de 2025, ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado.

As Debêntures foram emitidas em série única de 60 mil debêntures.

A amortização do valor nominal unitário das debêntures será em parcelas mensais e consecutivas, a partir do 30º (trigésimo) mês a contar da data de emissão, sendo a primeira parcela devida em 12 de setembro de 2021, e a última parcela correspondente ao saldo do valor nominal unitário das debêntures devida na data de vencimento (cada uma, uma “Data de Amortização”), ressalvadas as hipóteses em que ocorrer o resgate antecipado, ou ainda o vencimento antecipado das debêntures.

A Remuneração das Debêntures contemplará juros remuneratórios, a partir da respectiva data de liquidação, correspondentes à variação acumulada de 100% das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros

Notas Explicativas

de um dia, “over extra-grupo”, calculadas e divulgadas diariamente pela B3, acrescida exponencialmente de sobretaxa equivalente a 5,75% a.a.

Devido a variação cambial, apresentamos a DFC – Demonstração do Fluxo de Caixa livre dos efeitos financeiros.

16. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

Os valores a seguir representam, entre outros: valores retidos dos colaboradores a repassar às associações de classe ou instituições financeiras (empréstimos consignados na folha); a INSS, IR e FGTS incidentes sobre a folha de pagamento; plano de saúde e previdenciário; programa de alimentação do trabalhador e provisão de férias e seus encargos.

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Circulante:</u>		
Provisão para férias	40.496	26.671
INSS	8.583	5.244
FGTS	2.815	1.797
IR s/folha de pagamento	1.392	2.724
Plano de saúde e previdência	0	13
Consignações	1.970	1.998
Outros	954	722
Total Circulante	56.210	39.169
<u>Não Circulante:</u>		
Participação em resultados	3.151	3.151
Participações Estatutárias	26	26
Total Não Circulante	3.177	3.177

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

As composições em 30 de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 apresentam os seguintes valores:

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Circulante:</u>		
. REFIS	7.801	7.704
. COFINS	18.601	6.884
. PIS/PASEP	4.034	1.489
. Imposto de Renda - retenções	101	128

Notas Explicativas

. Imposto de Renda sobre lucro real	32.326	34.308
. PIS/COFINS/CSLL - retenções	370	563
. INSS de terceiros	511	910
. Contribuição social sobre lucro real	11.930	12.774
. Outros	430	536
Total circulante	<u>76.104</u>	<u>65.296</u>
<u>Não circulante:</u>		
. REFIS	<u>21.900</u>	<u>27.432</u>
Total não circulante	<u>21.900</u>	<u>27.432</u>

Em 18 de abril de 2000 a Companhia optou pelo ingresso no Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por meio do qual lhe foi possibilitado um regime especial de consolidação e parcelamento de todos os seus débitos relativos a tributos e contribuições administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional – PGFN e pela Secretaria da Receita Federal – SRF, vencidos até 29 de fevereiro de 2000. Os débitos estão sendo pagos em parcelas mensais, fixas e sucessivas, que estão sendo pagas no vencimento como condição essencial para a manutenção da Companhia no programa. As parcelas de cada um dos débitos são compostas de amortização e juros. A amortização equivale ao resultado da divisão do total devido pelo número total de parcelas e a correção é realizada mediante a aplicação da taxa Selic overnight acumulada. Como garantia a esse parcelamento foram oferecidos bens do ativo imobilizado da Companhia.

A seguir apresenta-se quadro detalhando a dívida consolidada em 1º de março de 2000, e os montantes de créditos fiscais utilizados para amortização de multas e juros, que compuseram o saldo para o referido parcelamento:

<u>Natureza:</u>	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão	Amortização com créditos fiscais
Principal	16.925	17.660	34.585	-
Multa	4.908	5.914	10.822	4.654
Juros	19.914	12.153	32.067	13.790
Encargos	4.175	-	4.175	-
Total	<u>45.922</u>	<u>35.727</u>	<u>81.649</u>	<u>18.444</u>

Em 27 de maio de 2009 foi publicada e passou a vigorar a Lei nº 11.941/09, alterando a legislação tributária federal relativa ao parcelamento ordinário de débitos tributários, concedendo remissão nos casos em que se especifica, dentre outras providências.

Nesse sentido, em 26 de agosto de 2009 a Administração da Companhia decidiu pela adesão, nos termos da referida Lei, o que gerou a transferência dos montantes originários do REFIS

Notas Explicativas

Em 28 de setembro de 2011, a Secretaria da Receita Federal do Brasil confirmou a consolidação dos débitos, conforme detalhamento abaixo:

<u>Natureza:</u>	PGFN	SRF	Total da dívida na adesão
Principal	40.522	28.091	68.613
Multa/Juros	6.722	4.698	11.420
Total	<u>47.244</u>	<u>32.789</u>	<u>80.033</u>

A demonstração da mutação do REFIS nas demonstrações financeiras está resumida como segue:

	Circulante		Não Circulante	
	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Saldo anterior	7.779	8.728	23.782	34.653
Transferências	1.971	7.838	(1.971)	-7.838
Atualizações (TJLP)	-	-	89	617
Amortizações	(1.949)	(8.862)	-	-
	<u>7.801</u>	<u>7.704</u>	<u>21.900</u>	<u>27.432</u>

18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Registram-se os tributos diferidos decorrentes da reavaliação de ativos próprios que perfazem o montante de R\$78.269 em 30 de setembro de 2020 (R\$82.288 em 31 de dezembro de 2019), conforme mencionado na nota explicativa nº14.

A Companhia reconhece e liquida os tributos sobre a renda com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária brasileira, considerando os preceitos da legislação fiscal.

De acordo com o CPC 32 (IAS 12), a Companhia reconhece os ativos e passivos tributários diferidos com base nas diferenças existentes entre os saldos contábeis e as bases tributárias dos ativos e passivos.

19. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A Administração, com base em análise conjunta com seus consultores jurídicos, constituiu provisão em montante considerado suficiente para fazer face a prováveis perdas em processos judiciais.

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Provisão para contingências cíveis	61.033	67.974
Provisão para contingências trabalhistas	14.750	14.501
	<u>75.783</u>	<u>82.475</u>
Total Depósitos dados em garantia	<u>(102.585)</u>	<u>(95.304)</u>
Insuficiência (Suficiência) da cobertura	<u>(26.802)</u>	<u>(12.829)</u>

Em 30 de setembro de 2020 as ações judiciais enquadradas pela área jurídica da companhia cujo grau de risco foi classificado como possíveis somam R\$ 610.800 (R\$ 583.500 em 31 de dezembro de 2019).

a. Contingências cíveis

Tramita na esfera judicial de Santa Catarina ações cíveis referentes a diferenças de juros e correção monetária, previstos em contratos, em face de atrasos nos pagamentos mensais das faturas de cobrança, ações cíveis públicas e outros de naturezas diversas vinculados com a operacionalidade da Companhia. Esses processos ainda não possuem sentença judicial, daí a necessidade de provisionamento totalizando R\$61.033 em 30 de setembro de 2020 (R\$67.974 em 31 de dezembro de 2019).

b. Contingências trabalhistas

As causas trabalhistas provisionadas dizem respeito ao pagamento de horas extras e outras questões salariais (agregações e demissões sem justa causa), com risco de perda provável. Assim, com base em informações da assessoria jurídica, a Companhia estimou e provisionou o valor de R\$14.750 em 30 de setembro de 2020 (R\$14.501 em 31 de dezembro de 2019) em face de eventuais perdas nesses processos.

Cabe registrar que não estão incluídos nos valores acima os processos classificados em perdas possíveis.

20. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Benefícios previdenciários

A Companhia patrocina plano de benefício definido operado e administrado pela Fundação CASAN de Previdência Complementar - CASANPREV.

Plano CASANPREV

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$97.379 (idem em 31 de dezembro de 2019).

Notas Explicativas

Administrado pela Fundação Casan de Previdência Complementar – CASANPREV, o Plano CASANPREV está estruturado na modalidade de Contribuição Variável, na qual a fase de acumulação se dá nas modalidades de Contribuição Definida e Benefício Definido, e o período de recebimento dos benefícios em uma estrutura de Benefício Definido. O plano é oferecido aos funcionários da patrocinadora CASAN e foi aprovado em 6 de agosto de 2008.

O Plano de Custeio destina-se ao custeio do Plano de Benefícios e das Despesas Administrativas. O Plano de Benefícios será custeado pelas seguintes fontes de receita:

- Contribuição da patrocinadora

Contribuição normal de risco: contribuição obrigatória realizada paritariamente com a contribuição normal mensal do participante;

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida;

- Contribuição dos participantes:

Contribuição normal básica: corresponde ao resultado da incidência do percentual de 4,6%, aplicado sobre o Salário de Contribuição, conforme mencionado abaixo.

Contribuição administrativa: aplicação do percentual de 7% sobre a Contribuição Normal, Adicional e Extraordinária, sendo delas deduzida.

Ativos do plano

As políticas e estratégias de investimento do plano têm como objetivo reduzir o risco por meio da diversificação, considerando fatores tais como as necessidades de liquidez e o status financiado das obrigações do plano, tipos e disponibilidade dos instrumentos financeiros no mercado local, condições e previsões econômicas gerais, assim como exigências estipuladas pela lei local de aposentadorias. A alocação dos ativos do plano e as estratégias de gerenciamento dos ativos externos são determinadas com o apoio de relatórios e análises preparados pela CASANPREV.

A taxa de rendimento de longo prazo dos ativos esperada pelo plano foi determinada com base no rendimento médio ponderado estimado dos ativos do plano, o que inclui títulos de renda fixa, ações, imóveis e empréstimos. Essa taxa projetada inclui a taxa estimada a longo prazo para a inflação e leva em consideração fatores como as curvas projetadas da taxa de juros futura e as projeções econômicas disponíveis no mercado.

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI total

30 de
setembro
de 2020

31 de
dezembro
de 2019

Notas Explicativas

<u>Circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	72.822	71.395
Total Circulante	<u>72.822</u>	<u>71.395</u>
 <u>Não circulante:</u>		
PDVI com indenização mensal	326.385	373.358
Total Não Circulante	<u>326.385</u>	<u>373.358</u>
 Total PDVI	 <u>399.207</u>	 <u>444.753</u>

Plano de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI (2017/2018)

Em 28 de julho de 2017, na trecentésima vigésima quinta (325^a) reunião do Conselho de Administração, considerando a proposição da Diretoria Executiva, fundamentada na necessidade de manutenção da capacidade de investimentos, na reestruturação da Companhia e nas medidas de contenção de despesas, foi autorizado o lançamento do Programa de Demissão Voluntária Incentivada – PDVI 2017.

A comissão de implantação do PDVI foi instituída pela Diretoria Executiva, sob coordenação da Gerência de Recursos Humanos, e determinou o período de inscrições entre os dias 15 de setembro de 2017 a 15 de outubro de 2018. Ao final desse período restaram 729 inscritos, que correspondiam a 27,52% do total do contingente de funcionários da CASAN (2.649 em 31 de outubro de 2017).

O cronograma de desligamento planejado com aprovação da Diretoria Executiva iniciou em 01 de novembro de 2017 e foi concluído em 15 de outubro de 2018.

As indenizações estão sendo pagas em até 96 (noventa e seis) parcelas para os empregados com idade até 67 (sessenta e sete) anos; 84 (oitenta e quatro) parcelas com idade de 68 (sessenta e oito) anos; 72 (setenta e duas) parcelas com idade de 69 (sessenta e nove) anos; e 60 (sessenta) parcelas para os empregados com idade acima de 70 (setenta) anos.

A adesão dos funcionários a esse programa de PDVI acarretou diversas necessidades de contratações, onde 416 vagas foram preenchidas gradativamente, de fevereiro de 2018 até dezembro de 2018, observando a limitação estabelecida pelo Conselho de Administração que autorizou as reposições do PDVI com o limitador financeiro de 20% do custo dos empregados da ativa.

A estimativa do custo dos empregados admitidos considerou o salário de ingresso dos cargos a serem contratados com percentual de encargos baseado na média de custos dos empregados que integravam o quadro antes do PDVI. No entanto, esse percentual acabou sendo ultrapassado em cerca de 3,77% pois o perfil dos novos empregados trouxe alterações significativas nas rubricas variáveis que compõem a remuneração, como por exemplo, o prêmio por conclusão de nível técnico e superior, recebido por 65% dos empregados admitidos em razão das substituições do PDVI, além do fato de que o Acordo Coletivo 2018/2019 aumentou os percentuais dos prêmios por conclusão de nível médio profissionalizante e de nível superior.

Notas Explicativas

Outra situação relevante neste contexto é que o Conselho de Administração (ATA nº328 de 27/10/2017) também previu que a empresa priorizasse a automação das estações de água e de esgoto e terceirização de alguns serviços em detrimento de novas contratações, todavia, essas ações se encontram em andamento.

Por fim, cabe mencionar que o PDVI permitiu a quitação do contrato de trabalho (evitando novas demandas trabalhistas) e também gerou economia com o prejuízo fiscal oriundo do PDVI estimado em 83,245 milhões de reais.

21. PARTES RELACIONADAS

A Companhia participa de transações com seu acionista controlador, o Estado (via Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina), e a CELESC.

<u>Conta a receber de clientes</u>	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	9.457	10.046
CELESC	31	37
Total de contas a receber dos acionistas	9.488	10.083

Além disso, a Companhia obtém serviços e empréstimos de seus acionistas, como segue:

Contas a pagar a fornecedores

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Não Circulante:</u>		
CELESC	8.429	8.579
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	3.364	3.364
Total de contas a pagar a fornecedores acionistas	11.793	11.943

O relacionamento entre acionistas foi todo reclassificado para o Passivo Não Circulante.

Resultado das operações com acionistas

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
Receita bruta de serviços prestados	18.598	28.505
Custos e despesas	(76.936)	(108.958)
Juros de empréstimo com acionista	(1.941)	(4.002)
Resultado	(60.279)	(84.455)

Empréstimos a pagar para acionista

	30 de setembro de 2020	31 de dezembro de 2019
<u>Não circulante:</u>		
Secretaria de Estado da Fazenda de Santa Catarina	40.206	45.779
Total empréstimos a pagar para acionistas	40.206	45.779

Em julho de 2008 a Companhia firmou contrato com o BNDES no valor R\$150.475, que está sendo amortizado em 138 prestações mensais e sucessivas, sendo que a primeira prestação venceu em 15 de fevereiro de 2012 e a última irá vencer em 15 de julho de 2023. O contrato prevê juros de 3,54% ao ano + TJLP.

Como garantia a Companhia cedeu fiduciariamente 25% da receita tarifária mensal decorrente da prestação dos serviços de distribuição de água, coleta e tratamento de esgotos e o recebimento de eventual indenização que venha a ser devida pelos municípios de Florianópolis, Criciúma, São José e Laguna.

Em 4 de agosto de 2010 a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei nº 267/10, que autoriza o Poder Executivo a realizar operação de crédito para a assunção das obrigações assumidas pela CASAN junto ao BNDES, no valor de R\$150.475. Tal operação foi efetuada com a interveniência do Estado de Santa Catarina em 4 de julho de 2008.

Dessa forma, os valores devidos ao BNDES em 30 de setembro de 2020, no montante R\$40.206, contabilizados como empréstimos e financiamentos referente a Partes Relacionadas, no passivo não circulante, foram mantidos no mesmo grupo de contas. Tais valores mantêm as mesmas características iniciais, porém referem-se à dívida com o Governo do Estado de Santa Catarina.

Após este acordo, o Estado de Santa Catarina passou a efetuar a liquidação de cada parcela de amortização, juros e dos encargos decorrentes da operação, e a Companhia passou a ressarcir o Estado de Santa Catarina de todos os valores pagos relativos a assunção das obrigações, mediante o repasse integral e imediato à unidade orçamentária denominada Encargos Gerais do Estado.

Notas Explicativas

Devido à interveniência do Estado junto ao BNDES, a CASAN passa a ter liberadas suas garantias reais junto àquela instituição, o que permite a obtenção de novas linhas de crédito, para o financiamento de novas obras de saneamento em outros municípios de Santa Catarina.

Em 07 de agosto de 2020 foi autorizada a suspensão do pagamento das parcelas de principal e de juros remuneratórios do contrato por 12 meses, no período de 15 de janeiro de 2020 a 15 de dezembro de 2020, prorrogando o prazo final da amortização por 12 meses, sem alteração da taxa de juros. O montante que deixar de ser pago durante o período da suspensão relativamente às parcelas do principal e dos juros remuneratórios será capitalizado a cada evento financeiro de vencimento originalmente previsto no contrato, incorporando-se ao principal da dívida dos respectivos subcréditos. O prazo final da amortização ficou para o dia 15 de julho de 2024. Os valores pagos no período de 15 de janeiro a 15 de dezembro de 2020 serão apropriados pelas BNDES como amortização extraordinária do principal da dívida, na referida data, sendo realizados os ajustes do saldo devedor para cálculo das prestações remanescentes.

22. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$19.260 em 30 de setembro de 2020 (idem em 31 de dezembro de 2019) refere-se a recursos do Orçamento Geral da União (OGU), destinados à CASAN para o desenvolvimento de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Essas obras estão sendo realizadas no bairro Campeche, em Florianópolis, em Mafra, e também incluem a Barragem do Rio do Salto e a Adutora do Rio Chapecozinho.

A realização de tais valores se dará a partir do momento da conclusão das referidas obras, tendo como base de realização a amortização dos investimentos efetuados e, como contrapartida, o resultado do exercício.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social

Conforme disposto na ata RCA nº 368, foi homologada a subscrição do capital social, conforme previsto no Aviso aos acionistas divulgado em 02/06/2020. Desta forma, o capital social da Companhia em 30 de setembro de 2020 está representado por 751.330.842 ações (715.094.432 ações em 31 de dezembro de 2019). São 375.538.169 (357.547.216 em 31 de dezembro de 2019) ações ordinárias nominativas, com direito a voto e sem valor nominal e 375.792.673 (357.547.216 em 31 de dezembro de 2019) ações preferenciais nominativas, sem direito a voto e sem valor nominal, sendo a estas assegurada a prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos não cumulativos. Ambas dão direito a dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido, na proporção das ações, sendo que as ações preferenciais têm direito a um recebimento 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária.

A composição das ações apresenta-se conforme discriminado abaixo:

<u>Acionistas</u>	31 de dezembro de 2020		
	Ordinárias	Preferenciais	Total

Notas Explicativas

Governo do Estado de Santa Catarina	236.856.732	253.851.013	490.707.745
SC Parcerias S/A.	66.470.150	66.547.700	133.017.850
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200	110.716.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.811.705	0	16.811.705
Demais Acionistas Nacionais	40.782	36.760	77.542
Total de ações	375.538.169	375.792.673	751.330.842

	30 de setembro de 2019		
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<u>Acionistas</u>			
Governo do Estado de Santa Catarina	221.413.722	237.722.771	459.136.493
SC Parcerias S/A.	64.451.065	64.451.112	128.902.177
Centrais Elétricas do Estado de Santa Catarina – CELESC	55.358.800	55.357.200	110.716.000
Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - CODESC	16.315.575	0	16.315.575
Demais Acionistas Nacionais	8.054	16.133	24.187
Total de ações	357.547.216	357.547.216	715.094.432

Reserva de Reavaliação

Em 06/12/2019 foi celebrado contrato entre a CASAN e a empresa Berkan, com o objetivo de avaliação e confirmação dos registros contábeis realizados a partir da última reavaliação patrimonial.

24. RECEITA OPERACIONAL

As receitas operacionais auferidas pela Companhia em 30 de setembro de 2020 e 2019 estão apresentadas abaixo:

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Tarifas de água	747.932	723.069
Tarifas de esgoto	177.023	172.894
Outras receitas de serviços de água	13.848	15.212
Outras receitas de serviços de esgoto	40	36
Total do faturamento	938.843	911.211

Notas Explicativas

Impostos sobre vendas e outras deduções	(87.764)	(85.608)
Total receita líquida	<u>851.079</u>	<u>825.603</u>

25. DESPESAS POR NATUREZA

As despesas da Companhia distribuem-se por natureza da seguinte maneira:

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Salários e encargos	243.255	261.494
Materiais	55.018	43.262
Serviços de terceiros	168.526	181.960
Gerais e tributárias	20.074	49.205
Depreciações, amortizações e provisões	81.629	68.312
Perdas na realização dos créditos e Provisão para devedores duvidosos	22.137	19.694
Recomposição de pavimentação	17.269	6.476
Fundos para programas municipais	18.798	771
Total	<u>626.706</u>	<u>631.174</u>

26. DESPESAS COM BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Segue abaixo relação das despesas referentes aos benefícios concedidos aos empregados:

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
Salários	95.659	92.917
Custos previdenciários	42.507	43.726
FGTS	11.133	11.266
Programa de alimentação	24.698	23.660
Programa de saúde	14.165	17.823

Notas Explicativas

PDVI – Demissão voluntaria incentivada	7.895	19.765
Outros benefícios	47.197	52.337
Total	<u>243.254</u>	<u>261.494</u>
Número de empregados	<u>2.540</u>	<u>2.502</u>

27. RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro auferido pela Companhia em 30 de setembro de 2020 e 2019 está apresentado abaixo:

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
<u>Receitas financeiras:</u>		
Descontos obtidos	2.227	1.169
Juros ativos	829	4.066
Rendimento de aplicações financeiras	4.481	8.680
Ganho com Recuperação de Crédito	-	310
Total Receitas Financeiras	<u>7.537</u>	<u>14.225</u>
<u>Despesas financeiras:</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(66.992)	(86.976)
Variações monetárias e cambiais	(48.424)	(338)
Outras	(1.332)	(73)
Total Despesas Financeiras	<u>(116.748)</u>	<u>(87.387)</u>
Resultado Financeiro Líquido	<u>(109.211)</u>	<u>(73.162)</u>

28. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

Em 30 de setembro de 2020, substancialmente, as outras receitas são compostas por pessoal à disposição de outros órgãos e as despesas operacionais compostas pela adesão de colaboradores ao programa de demissão incentivada e pela complementação das provisões para contingências, conforme notas explicativas 20 e 19, respectivamente. Abaixo segue a composição das mesmas:

Notas Explicativas

	30 de setembro de 2020	30 de setembro de 2019
<u>Outras receitas operacionais:</u>		
. Pessoal à disposição	1.760	1.308
. Indenizações e ressarcimento de despesas	205	1.539
. Comissão prestação de serviços/convênios	161	457
. Vendas de bens do imobilizado	223	8
. Reembolso mensalidade Unimed	699	916
. Outras	537	90
Total Outras Receitas Operacionais	3.585	4.318
 <u>Outras despesas operacionais:</u>		
. Baixa de imobilizado	(109)	(353)
. Fiscais e tributárias	(389)	(330)
. Causas cíveis	6.471	(6.010)
. Causas trabalhistas	(218)	(4.323)
Total Outras Despesas Operacionais	5.755	(11.016)
Outras Despesas Operacionais Líquidas	9.340	(6.698)

29. SEGUROS

A Companhia objetiva delimitar os riscos de sinistros, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possui seguros prediais contratados contra incêndios, vendavais, danos elétricos, raios e explosões, com cobertura no montante de R\$12.500. Tal montante engloba os seguros contratados para diversos prédios próprios e alugados pela Companhia.

A Casan possui contratos de seguros automotivos para um veículo de uso da presidência, cuja cobertura monta R\$450. Além disso, a Companhia possui 538 veículos leves e pesados alugados que já incluem no valor da locação os custos dos seus respectivos seguros.

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

Notas Explicativas

a. Efeito Corona Vírus nas Demonstrações Financeiras

Em função da pandemia mundial declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto do novo Coronavírus, CASAN criou a Comissão de Crise, Acompanhamento e Combate à Propagação do Coronavírus, formada por colaboradores de diversas áreas da Companhia, que alinhada às diretrizes do Governo do Estado de Santa Catarina, mantém avaliação permanente e reuniões com intuito de propor as ações e medidas para o combate à COVID-19 na Empresa. Desta forma, a Companhia adotou e vem adotando uma série ações a fim de dar continuidade e qualidade dos serviços prestados à população catarinense, visto que fornecer água tratada, coletar e tratar esgotos são serviços essenciais à população e uma importante arma para o combate ao vírus.

Dentre as medidas adotadas, destacamos inicialmente a adoção do regime de home office nas atividades em que é possível evitar a locomoção e a proximidade entre pessoas; suspensão dos atendimentos presenciais e os serviços de campo considerados não essenciais; cancelamento de cursos presenciais e implementação de cursos online; cancelamentos de visitas públicas às unidades da Companhia, cancelamento de eventos ou viagens internacionais e estaduais, diretrizes mais rigorosas quanto à limpeza de áreas comuns, entre outras. Atualmente devido a novos decretos estaduais/municipais de flexibilização das restrições, a Companhia está com até 50% da capacidade dos empregados trabalhando de forma presencial em forma de revezamento. Em 26/08/2020 a CASAN celebrou contrato de prestação de serviços junto ao SESI, onde por intermédio de contratos geridos pela Matriz e pelas quatro Superintendências, procedemos a contratação de até 2.250 (dois mil duzentos e cinquenta) testes rápidos para o Coronavírus, cujo objetivo prioritário é a testagem de nossos empregados, que pela natureza de suas atividades, a sua possível ausência por motivo de saúde (contaminação) poderia causar solução de continuidade na prestação dos serviços da CASAN.

No tocante aos impactos gerados pela instabilidade econômica, destacamos a queda na arrecadação do 3º trimestre de 2020 em 6,73% (média do período) frente a arrecadação projetada anteriormente, sem os efeitos da pandemia, para esse período. Houve ainda a isenção para todos os usuários de tarifa social (baixa renda) nos meses 03/2020 e 04/2020, proibição da realização de cortes de fornecimento de água e o parcelamento de débito de 04/2020 e 05/2020 em até 12 vezes sem juros (que estão em contestação judicial) e aumento do câmbio (principalmente o Euro) nos empréstimos de moeda estrangeira. Com relação às obras, durante o Decreto Estadual todas foram paralisadas, e após o retorno gradual dos trabalhos, com quantitativo reduzido de trabalhadores. Percebemos aumento no consumo de materiais de higiene, tais como luvas, papel toalha e álcool em gel e compra de materiais antes nunca adquiridos pela empresa, como máscara descartável, máscaras reutilizáveis e álcool para limpeza 70%.

Por fim, cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios.

b. Parcela JICA

Em 30/09/2020, a CASAN ainda não havia recebido em conta corrente o valor já liberado pela JICA, no montante de R\$3.175, referente a ¥59.879. Desta forma, este valor não está reconhecido em nossas Demonstrações. A CASAN recebeu este valor, conforme extrato bancário, em 05/10/2020, quando, então, reconheceu este valor em Balanço Patrimonial.

Notas Explicativas

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Relatório sobre a revisão das informações contábeis intermediárias

Referente ao terceiro trimestre de 2020.

Aos

Acionistas e aos Conselheiros da

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN

Florianópolis – SC

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN), referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para o período de três e nove meses findo naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com a NBC TG 21 (R4) - Demonstração intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Companhia). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com a NBC TG 21 (R4) aplicável à elaboração das informações trimestrais, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários

Ênfases

Benefícios a Empregados (Nota Explicativa 3, “h” e 20)

A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar na modalidade de Contribuição Variável. Em 30 de setembro de 2020 a Companhia possui contabilizado, a título de passivo atuarial do Plano de Previdência Complementar – CASANPREV, o montante de R\$ 97.379 mil. Consideramos como principal assunto de auditoria devido as estimativas complexas, com saldos relevantes e também subjetivas por parte da administração, tais como tábuas biométricas, projeções de aumentos salariais e taxas de desconto. Variações nestes saldos representam impactos relevantes nos montantes de provisão para déficit atuarial.

Adicionalmente, a Companhia também possui um Plano de Demissão Voluntária Incentivada. Em 30 de setembro de 2020, a Companhia apresenta a título de obrigações com o PDVI o montante de R\$ 399.207 mil, Passivo Circulante e Não Circulante. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esses assuntos.

Efeitos do Covid-19

Conforme descrito na nota explicativa nº 30, em função da pandemia mundial declarada pela OMS – Organização Mundial da Saúde ocasionada pelo surto do novo Corona Vírus, dos impactos gerados pela instabilidade econômica, destacamos a queda na arrecadação do 3º trimestre de 2020 em 6,73% (média do período) frente a arrecadação projetada anteriormente, sem os efeitos da pandemia, para esse período. Houve ainda a isenção para todos os usuários de tarifa social (baixa renda) nos meses 03/2020 e 04/2020, proibição da realização de cortes de fornecimento de água e o parcelamento de débito de 04/2020 e 05/2020 em até 12 vezes sem juros (que estão em contestação judicial) e aumento do câmbio (principalmente o Euro) nos empréstimos de moeda estrangeira. Com relação às obras, durante o Decreto Estadual todas foram paralisadas, e após o retorno gradual dos trabalhos, com quantitativo reduzido de trabalhadores. Percebemos aumento no consumo de materiais de higiene, tais como luvas, papel toalha e álcool em gel e compra de materiais antes nunca adquiridos pela empresa, como máscara descartável, máscaras reutilizáveis e álcool para limpeza 70%. Cabe mencionar que a Companhia poderá adotar outras medidas caso haja necessidade, e que continuará avaliando os impactos que a COVID-19 poderá trazer aos seus negócios. Nossa conclusão não apresenta modificação relacionada a esse assunto.

Outros Assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem as demonstrações do valor adicionado (DVA), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essas demonstrações foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se elas estão conciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores Correspondentes

Os valores correspondentes as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparabilidade foram por nós revisadas que emitimos relatório sem modificação, datado de 25 de março de 2020.

Os valores correspondentes às informações contábeis intermediárias encerradas em 30 de setembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, referentes ao período de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram por nós revisados que emitimos relatório datado de 25 de outubro de 2019 com as seguintes modificações na conclusão: Contas a Receber - O relatório "Posição de Contas a Receber" emitido pelo Sistema Comercial Integrado – SCI não gera uma posição estática dos valores a vencer e vencidos, não oferecendo suporte adequado ao saldo contábil apresentado pela Companhia em 30 de setembro de 2019 de R\$ 201.709 mil de Contas a Receber a Curto e Longo Prazo. O referido relatório apresenta saldo de R\$ 227.745 mil, desconsiderando os valores vencidos acima de 720 dias. Imobilizado – Impairment - A administração da CASAN não submeteu os bens do Ativo Imobilizado ao teste de recuperabilidade, Impairment, e nem realizou o estudo da vida útil dos bens, valor residual e taxas de depreciação, conforme requer a NBC TG 01 (R4) – Valor Recuperável de Ativos e NBC TG 27 (R4) – Imobilizado, não nos sendo possível estimar os efeitos sobre o patrimônio e resultado, caso esses procedimentos tivessem sido aplicados. Arrendamento Mercantil - A CASAN não efetuou o registro em contas patrimoniais das operações caracterizadas como arrendamento mercantil, conforme requer a NBC TG 06 (R3) – Operações de Arrendamento Mercantil, as respectivas alterações aplicadas a partir de 1º/01/2019 abrange o reconhecimento do ativo de direito de uso e o passivo de arrendamento e posteriormente ocorrendo a mensuração do ativo ao custo. A Companhia divulgou na Nota Explicativa 3, "r", que está em fase de contratação de empresa especializada para efetuar o estudo dos contratos de arrendamento existentes e aplicação da norma. Não foi possível estimar os efeitos sobre o patrimônio. Empréstimos e Financiamentos - Os empréstimos e financiamentos não estão reconhecidos a valor presente conforme requer a NBC TG 12 – Ajuste a Valor Presente, não nos sendo possível estimar os reflexos totais sobre o patrimônio e resultado, caso houvesse esse reconhecimento. Nossa conclusão não contém ressalva relacionada a esses assuntos.

São Paulo, 4 de novembro de 2020.

RUSSELL BEDFORD BRASIL

AUDITORES INDEPENDENTES S/S

2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP

Jorge Luiz Menezes Cereja

Contador 1 CRC RS 43679/O

Sócio Responsável Técnico

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO - CASAN, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, dando cumprimento ao que dispõe o artigo 163 da Lei 6.404/76 e suas posteriores alterações, examinou o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras relativas ao 3º trimestre de 2020. Com base nos documentos examinados e nos esclarecimentos prestados por representante da Companhia e no parecer emitido pela Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S, os Conselheiros Fiscais registram que não tiveram conhecimento de nenhum fato ou evidência que não esteja refletido nas referidas demonstrações financeiras, e opinam, por unanimidade, que os mencionados documentos estão em condições de serem divulgados.

Florianópolis, 9 de novembro de 2020.

RICARDO DE SOUSA

(Presidente do Conselho)

ALEXANDRE PEDERCINI ISSA

GABRIEL ARTHUR LOEFF

LETÍCIA PEDERCINI ISSA MAIA

MATHEUS HOFFMANN MACHADO

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Atendendo ao disposto no inciso 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as demonstrações financeiras da CASAN relativas ao 3º ITR encerrado em 30 de setembro de 2020.

Florianópolis, SC, 13 de novembro de 2020.

Roberta Maas dos Anjos

Diretora Presidente

Evandro André Martins

Diretor Administrativo

Ivan Gabriel Coutinho

Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Fabio Cesar Fernandes Krieger

Diretor de Operação e Expansão

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Atendendo ao disposto no inciso 1º do artigo 25 da Instrução CVM nº 480/2009, DECLARAM os diretores da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – CASAN, companhia aberta, com sede a Rua Emílio Blum, 83, bairro Centro, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ 82.508.433/0001-17 e com registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM sob o nº 01686-1, que reviram, discutiram e concordaram com as opiniões expressas por Russell Bedford Brasil Auditores Independentes S/S no relatório apresentado sobre as demonstrações financeiras do 3º ITR encerrado em 30 de setembro de 2020.

Florianópolis, SC, 13 de novembro de 2020.

Roberta Maas dos Anjos

Diretora Presidente

Evandro André Martins

Diretor Administrativo

Ivan Gabriel Coutinho

Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores

Fabio Cesar Fernandes Krieger

Diretor de Operação e Expansão